



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE
CURSO DE PSICOPEDAGOGIA

Mayara de Oliveira Silva Machado

**PERSPECTIVA DE ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA JUNTO A
ADOLESCENTES ACOLHIDOS INSTITUCIONALMENTE**

Orientadora: Prof. Dr^a. Patrícia Nunes da Fonseca

João Pessoa

2016

MAYARA DE OLIVEIRA SILVA MACHADO

PERSPECTIVA DE ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA JUNTO A ADOLESCENTES
ACOLHIDOS INSTITUCIONALMENTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado de Psicopedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Psicopedagogia.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Patrícia Nunes da Fonseca

Aprovado em: 17 / 06 / 2016.

BANCA EXAMINADORA

Patrícia Nunes da Fonseca

Prof.^a Dra. Patrícia Nunes da Fonseca (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba

Viviany S. A. Pessoa

Prof.^a Dra. Viviany Silva Araújo Pessoa (Membro)
Universidade Federal da Paraíba

PERSPECTIVA DE ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA JUNTO A ADOLESCENTES ACOLHIDOS INSTITUCIONALMENTE

Resumo: De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o acolhimento institucional é uma medida de proteção ao desenvolvimento de crianças e adolescentes que se encontram em um contexto de risco. Com a preocupação de possibilitar uma discussão acerca de melhores estratégias de assistência a esses jovens, a presente pesquisa teve como objetivo analisar a vida dos adolescentes que vivem nas casas de acolhimento. O estudo contou com a participação de 11 adolescentes acolhidos em uma instituição não governamental de vínculo religioso na cidade de João Pessoa (PB). Todos os participantes eram do sexo masculino, com idade média de 15,36 anos ($DP = 1,36$; variando de 13 a 17 anos). Utilizou-se um questionário sociodemográfico e um roteiro de entrevista semi-estruturado. Para análise de dados, foram empregados o pacote estatístico IBM SPSS (versão 21), e o *software* de análises de dados textuais *Iramuteq* (versão 0.7 alpha 2). Os resultados indicaram que, apesar de viverem na casa de acolhimento, os adolescentes mantêm vínculos com familiares, amigos e comunidade social (igreja e escola) por meio de visitas, telefone e redes sociais. Quanto à vida acadêmica, embora possuam uma percepção positiva acerca da escola, tais jovens apresentam baixo desempenho escolar. Com relação às perspectivas de futuro, observou-se que os participantes manifestaram preocupações, especialmente com relação à intenção de formar uma família, mantê-la e obter sucesso através de realizações pessoais. Isto posto, ressalta-se a importância do psicopedagogo nestas instituições, sobretudo no desenvolvimento de práticas que promovam a aprendizagem e habilidades necessárias dos jovens para um desenvolvimento saudável.

Palavras-chave: Adolescentes. Acolhimento institucional. Psicopedagogia.

1 INTRODUÇÃO

O acolhimento institucional segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente é uma medida de proteção de caráter provisório e excepcional, que visa garantir a crianças e adolescentes em situação de risco um contexto de desenvolvimento, até que seja possível o retorno à família de origem ou a colocação em família substituta (BRASIL, 1990).

Na adolescência, devido às transformações (*e.g.* alterações hormonais, conflito de geração, confusão de identidade) que ocorrem nesta etapa de desenvolvimento, os jovens ficam mais vulneráveis aos fatores de riscos, tais como, o uso de drogas, a prática de furtos e roubos, e o vandalismo (PAPALIA et al., 2009). Dessa forma, necessitam de um contexto que ofereça as mínimas condições de desenvolvimento para que possam crescer de modo saudável. Nestes casos, as casas de acolhimento são espaços de desenvolvimento que protegem a integridade física e psicológica de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade, além de estimular as competências acadêmicas e habilidades sociais.

Todavia, apesar dos esforços dos gestores das casas de acolhimento no sentido de oferecer as condições necessárias para os jovens, não suprem todas as carências, especialmente as emocionais referentes aos vínculos familiares. Ademais, os laços afetivos rompidos e o abandono nos primeiros anos podem colaborar para o surgimento de problemas sociais e educacionais (PEREIRA, 2004).

Frente ao exposto, questiona-se: quais são as percepções de adolescentes que estão em casas de acolhimento sobre sua vida social e escolar? Quais são as perspectivas de futuro? Como a psicopedagogia poderá contribuir com o desenvolvimento destes adolescentes?

A presente pesquisa poderá possibilitar uma discussão quanto à realidade vivenciada por adolescentes nas instituições de acolhimento, com a finalidade de contribuir para o contexto científico acerca do conhecimento sobre o desenvolvimento de adolescentes acolhidos institucionalmente; bem como para o contexto social, aspirando que os resultados encontrados neste estudo possam auxiliar na formulação de intervenções que minimizem os problemas vivenciados pelos jovens, além de discutir a inclusão da prática do psicopedagogo nas casas de acolhimento.

A psicopedagogia é uma área de conhecimento que pode auxiliar o jovem no seu pleno desenvolvimento, especialmente nas questões vinculadas a aprendizagem, seja

nos problemas enfrentados na escola, como os da vida. Desta forma, a psicopedagogia pode ensinar o jovem a ver o mundo de outra maneira, de modo a uma reconstrução de sua própria história.

Diante desse panorama, o presente trabalho teve como objetivo principal analisar a vida dos adolescentes que vivem nas casas de acolhimento. Especificamente, buscou-se conhecer as relações sociais vivenciadas pelos adolescentes nas casas de acolhimento; saber sobre a vida acadêmica dos adolescentes nas casas de acolhimento; identificar perspectivas de futuro de adolescentes acolhidos institucionalmente e compreender como a psicopedagogia poderá contribuir para o desenvolvimento dos adolescentes que vivem nas casas de acolhimento.

2 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Os atuais acolhimentos institucionais divergem com os serviços oferecidos a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade na história do Brasil. Segundo Rizzini et al., (2007), o Brasil tem percorrido períodos de grandes transformações acerca do atendimento a esses jovens, passando desde o domínio da igreja, para entidades filantrópicas até tornar-se responsabilidade do Estado.

Durante mais de três séculos, a única forma de assistência a crianças e adolescentes abandonados foi a chamada “roda dos expostos”. Esta permaneceu desde o período colonial até o período republicano no Brasil, sendo extinta definitivamente em 1950 (MARCILIO, 1997). A “roda dos expostos” tinha como objetivo acolher crianças anonimamente, essas antigas instituições de acolhimento no Brasil exerciam apenas uma função assistencialista, ofereciam um local para crianças e adolescentes abandonados, fundada na perspectiva tão somente de ajudar, não se preocupando com o desenvolvimento dessas crianças. Era adotada uma rígida rotina nessas instituições, muitas vezes, as relações entre os jovens e seus cuidadores eram permeadas pela violência (PRADA; WILLIAMS; WEBER, 2007).

No ano de 1978, a Organização das Nações Unidas (ONU) intitulou o “Ano Internacional da Criança” com o intuito de sensibilizar a população para os problemas que atingiam esta faixa etária em todo o mundo. No Brasil o tema ganhou destaque e, em 1988, a Constituição Federal introduziu mudanças nos direitos da Criança e do Adolescente.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, Art. 227).

Desta forma, o evento promovido pela ONU (1978) e a Constituição Federal de 1988 influenciaram na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990). O que proporcionou a estes sujeitos direitos e deveres permitindo que estivessem em condições de igualdade com o restante da população (SANDRINI, 2009).

Conforme Costa et al., (2007), o ECA foi criado em 13 de julho de 1990, pela Lei Federal n.º 8.069, com o objetivo garantir à criança e ao adolescente entre zero e dezoito anos, direitos fundamentais à pessoa humana, com medidas de assistência e proteção para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social (DELY, 2007; GOMES; CAETANO; JORGE, 2008). Segundo Silva (2004) dentre os direitos previstos pelo ECA (1990), destaca-se o direito à convivência familiar e comunitária.

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada convivência familiar e comunitária, em ambiente livre de presença de pessoas dependentes de substância entorpecentes (BRASIL, 1990, Art. 19).

Porém, nem sempre as famílias conseguem garantir aos filhos um ambiente seguro e satisfatório necessário para o desenvolvimento infantil, por isso, o acolhimento institucional surgiu como medida de proteção prevista pelo ECA, aplicado quando os direitos de crianças e adolescentes estão sendo violados. O documento Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) define o acolhimento institucional como:

“Serviço que oferece acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento para grupos de crianças e adolescentes em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Oferece atendimento especializado e condições institucionais para o acolhimento em padrões de dignidade, funcionando como moradia provisória até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta” (p. 29).

Desta forma, esta medida é provisória e prioriza a reintegração familiar (BRASIL, 1990). Assim, o acolhimento institucional atende crianças e adolescentes afastados do convívio familiar provisoriamente, por abandono ou por ordem judicial cujas famílias estejam impossibilitadas de cumprir a função de proteção e cuidado, até que seja possível o retorno a família de origem ou haja encaminhamento para família substituta.

A implantação do ECA contribuiu para mudanças na composição das instituições de acolhimento como um todo, partindo não de uma visão assistencialista, mas criando um espaço de socialização e de desenvolvimento (FUSCALDI, 2004). Seu maior desafio estabelecido foi a implementação de um novo programa socioeducativo, que buscasse o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes de modo que fossem tratados em suas especificidades, potencialidades e limitações (BRASIL, 1990). No entanto, para Pereira (2004), apesar de todos os esforços e avanços do ECA, crescer longe da família deixa marcas definitivas e pode acarretar em graves problemas para o desenvolvimento físico, emocional e cognitivo, causando prejuízos na aprendizagem da criança e do adolescente.

2.1 ADOLESCÊNCIA

A adolescência é um período da vida em que ocorrem transformações de ordem motora, cognitiva, afetiva e sexual, exigindo do jovem grande esforço adaptativo. Neste caso, requer da família muita compreensão e capacidade para resolver os conflitos que vierem a surgir. Caso contrário, o adolescente ficará mais vulnerável a fatores de risco como, por exemplo, envolver-se com drogas e furtos, gerando problemas para sua vida e de seus familiares.

Portanto, é necessário oferecer aos jovens condições que supram suas necessidades sociais, cognitivas e psicológicas, por isso, o contexto em que esses adolescentes estão inseridos poderá influenciar significativamente no seu processo de desenvolvimento (PAPALIA et al., 2009).

Iannelli, Assis e Pinto (2015) ressaltam que os vínculos afetivos são fundamentais para um desenvolvimento social que favoreça a formação de identidade do sujeito. Nesse sentido, os autores destacam a importância do apoio emocional através dos grupos sociais como, por exemplo, a família, os amigos e a escola. Ademais, eles destacam que a ausência desses vínculos na adolescência pode configurar em vários

sentimentos, tais como: tristeza, insegurança, rejeição, ódio e fortes angústias, o que pode conduzir no aumento de conflitos e infrações.

Sendo assim, o apoio dos pais, a atenção, o carinho e a disposição para os adolescentes são fundamentais na resolução de conflitos inerentes a esse período. Nesta fase, as amizades também assumem um importante papel, pois se influenciam mutuamente através de as experiências e pensamentos compartilhados, já que os próprios adolescentes escolhem seus amigos a partir de suas próprias características (PAPALIA et al, 2009).

Desta forma, Oliveira e Próchno (2010) afirmam que a situação de acolhimento institucional interfere na vinculação afetiva de modo significativo. Ribeiro e Ciampone (2002) apontam para a falta de atendimento personalizado e ausência das relações afetuosas de qualidade nas instituições de acolhimento. Fatores como alta rotatividade de funcionários e falta de atividades planejadas interferem diretamente no apoio social, podendo causar prejuízos aos jovens que se desenvolvem nas instituições (AZOR; VECTORE, 2008; CARVALHO, 2002), sobretudo aqueles com menor frequência de convivência familiar (PRADA; WILLIAMS; WEBER, 2007).

A escola, outro contexto de desenvolvimento, assume importante papel de apoio social para os adolescentes, pois promove um ambiente de socialização para esses jovens, onde os mesmos podem estabelecer vínculos numa perspectiva relacional mais complexa, além de mediar a relação entre eles e a sociedade. Ademais, a escola tem a importante função de estabelecer um ambiente que favoreça o desenvolvimento cognitivo, estimulando a aprendizagem e gerando novos conhecimentos (PAULA; CAMARGO; LAUSCHNER, 2014).

Conforme apontam Sigal et al., (2003), a vivência prolongada e precoce de acolhimento institucional pode acarretar danos graves ao desenvolvimento cognitivo. Esses sujeitos podem ainda ter comprometimento no desenvolvimento da linguagem, motor e no funcionamento intelectual (VELARDE; MARTÍNEZ, 2008). Paula, Camargo e Lauschner (2014) afirmam que as violações dos direitos vivenciados no ambiente familiar antes da medida protetiva, ocasionam grande impacto no desenvolvimento dos adolescentes acolhidos institucionalmente, por isso, a maioria apresenta dificuldades nas habilidades sociais, problemas de aprendizagem e baixo rendimento escolar.

No que se refere às perspectivas de futuro, Erikson (1987) enfatizou o esforço de um adolescente para compreender o *self*, incluindo o papel que ele precisa desempenhar na sociedade. Para ele, essa busca por encontrar seu papel social faz parte de um

processo saudável e vital para lidar com os desafios da vida adulta. Contudo, Dell'Aglio, (2013) afirma que as expectativas de adolescentes em situação de acolhimento mostram-se mais baixas em relação às dos adolescentes inseridos em outros contextos socioculturais.

Apesar dos efeitos negativos da institucionalização sobre o desenvolvimento do indivíduo, descrito anteriormente, estudos como os de Albornoz (2009) e Weber (2007) afirmam que a institucionalização pode funcionar como recurso terapêutico para recuperação de jovens que se encontram em situação de risco, pois a possibilidade de viver em um ambiente seguro, com rotinas e regras bem estabelecidas pode auxiliar na ampliação do seu repertório comportamental e cognitivo. Para isso, faz-se necessário a implementação de novas políticas nas instituições de acolhimento que busquem minimizar tais problemas vivenciados como, por exemplo, a inclusão do psicopedagogo nestas instituições.

2.2 ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

As instituições de acolhimento caracterizam-se como espaços de proteção e promoção do desenvolvimento integral da criança e do adolescente em situação de risco, reconhecer a importância que a educação tem nestes espaços significa garantir o bem-estar desses jovens nas instituições, possibilitando um desenvolvimento durante o tempo vivido ali (GUARÁ, 2006). Desta forma, tem-se nessas instituições, o educador como um dos principais responsáveis pelo sucesso ou insucesso do aprendiz, a peça chave, que tem em mãos o poder de trabalhar não apenas o aprendizado de conhecimentos teóricos, mas também a afetividade, pois quando o indivíduo aprende a lidar com as diferentes emoções aprenderá a superar as diferentes dificuldades que enfrentará durante o percurso não só escolar, mas também na vida profissional e social (FERNANDÉZ, 2001).

Nesse sentido, a psicopedagogia surge na busca de contribuir com o ser humano para o seu desenvolvimento integral. Segundo Neves (2011), a psicopedagogia estuda aprendizagem humana, bem como as realidades internas e externas que interferem nesse processo complexo de aquisição do conhecimento, procurando colocar em pé de igualdade os aspectos cognitivos, afetivos e sociais que lhe estão implícitos, objetivando não somente a superação da dificuldade escolar, mas, principalmente, todos aqueles fatores que fazem parte do cotidiano do sujeito.

O psicopedagogo trabalha com todos os aspectos do desenvolvimento, o afetivo, cognitivo e sócio cultural, e tem o olhar sempre a partir da singularidade do indivíduo, contribuindo em seu processo de desenvolvimento onde a aprendizagem mediada é o foco fundamental (SOUSA, 2011). Por ser um campo que agrega diferentes áreas do conhecimento (tais como a psicologia, pedagogia e fonoaudiologia), a psicopedagogia possibilita uma visão global das necessidades dos sujeitos favorecendo a intervenção.

Segundo Raupp e Accorssi (2015), os recursos de avaliação e intervenção psicopedagógica mostram-se favoráveis nesse cenário, uma vez que possibilita desenvolver práticas que favoreçam a resiliência dos adolescentes e todas suas habilidades necessárias ao seu pleno desenvolvimento. Desta forma, a prática psicopedagógica se torna, não só relevante, mas imprescindível, estando voltada para a tentativa de retomada e/ou fortalecimento de vínculos, de compreensão e de reconhecimento do sujeito e sua potencialidade

Os autores supracitados ainda afirmam que as instituições de acolhimento assumem um amplo campo de atuação profissional, pois crianças e adolescentes em situação de risco apresentam uma demanda significativa que podem ser favorecidas com o atendimento psicopedagógico em conjunto com os demais profissionais atuantes na instituição.

O psicopedagogo na área institucional irá realizar avaliações, trazer questões para análises e discussões, propor soluções para problemas e conflitos envolvidos no processo de aprendizagem procurando sempre abranger o amplo contexto institucional empenhando-se para conduzir a melhoria do ambiente educacional (CRESPO, 2012). Nesse sentido, o psicopedagogo pode atuar de forma coletiva e individual, realizando a mediação da instituição de acolhimento, entre os demais moradores da casa, educadores, família e escola para garantir a qualidade do trabalho com o público atendido.

3 MÉTODO

Delineamento:

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo, qualitativa, de natureza exploratória.

Amostra:

Contou-se com a participação de 11 adolescentes do sexo masculino com idade média de 15,36 anos ($DP = 1,36$; variando de 13 a 17 anos), acolhidos em uma instituição não governamental de vínculo religioso na cidade de João Pessoa (PB). Os participantes vivem na instituição em média a 4,27 anos ($DP = 3,43$; variando de 1 a 10 anos), por motivos de dependência química dos pais ou responsáveis (36,36%), vivência de rua (27,27%), carência de recursos materiais da família (18,18%) e violência doméstica (18,18%).

Instrumentos:

Na construção e realização desta pesquisa foram utilizados dois instrumentos:

1. Roteiro de entrevista semiestruturado – contendo questões sobre as relações sociais vivenciadas pelo adolescente na casa de acolhimento, na escola e na família, questões sobre a vida acadêmica, percepção do desempenho e dos vínculos afetivos, ainda foram abordados questionamentos sobre as perspectivas de futuro do adolescente acolhido;
2. Questionário sociodemográfico – solicitando informações com a finalidade de caracterizar a amostra, a saber: idade, escolaridade, motivo do acolhimento e tempo de acolhimento institucional.

Procedimento:

Inicialmente foi requisitada a autorização do gestor da instituição para a participação dos adolescentes acolhidos, o que se efetivou com a assinatura do Termo de Anuência (Anexo A). Em seguida, os adolescentes foram convidados a participar da pesquisa, o que se concretizou com a assinatura do Termo de Assentimento (Anexo B).

Na oportunidade, os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo, sendo solicitada a autorização para gravar e informado sobre o sigilo das respostas, assegurando aos participantes que o presente estudo é de natureza confidencial sem qualquer identificação sendo as respostas consideradas apenas em conjunto. Ademais, foi esclarecido aos adolescentes que a sua participação seria voluntária, o participante, portanto, não seria obrigado a fornecer informações, podendo a qualquer momento desistir de participar da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas em ambiente da instituição reservado para esta finalidade. Na ocasião, os participantes poderiam discorrer livremente sobre o tema,

sendo necessários em média 20 minutos para conclusão da participação na pesquisa. O presente estudo cumpriu todos os preceitos éticos vigentes para a realização de pesquisas com seres humanos, defendidos pela Resolução n. 466/12 do CNS/MS.

Análise dos Dados:

Com o pacote estatístico IBM SPSS (versão 21), empregou-se o cálculo de estatísticas descritivas (medidas de tendência central, dispersão e frequência), que objetivaram descrever a amostra. As análises provenientes das respostas dos participantes foram realizadas por meio do *software* de análises de dados textuais denominado *Iramuteq* (versão 0.7 alpha 2) (RATINAUD, 2009). Este foi desenvolvido por Pierre Ratinaud (2009) que utiliza a interface do software R (*R Project for Statistical Computing*) o qual se dedica a análise multidimensional de bases de dados textuais (denominados de *corpus* ou matriz).

Para proceder a análise dos dados textuais, as respostas dos participantes foram importadas para o programa *OpenOffice Writer* onde se gerou as linhas de comando que compuseram o *corpus* (conjunto de textos que se pretende analisar) no presente estudo. Após a criação do *corpus* textuais correspondente foram consideradas as seguintes possibilidades de tratamento de dados textuais:

Classificação pelo método de Reinert. Nesta análise se realiza uma *classificação hierárquica descendente* (CHD), onde os segmentos de texto são classificados de acordo com seus respectivos vocábulos e seu conjunto é dividido com base na frequência das formas reduzidas, formadas a partir do radical das palavras (*lemmatisation*). Assim, objetiva-se obter classes que são formadas a partir das palavras que estão significativamente associadas a mesma (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Análise de similitude. Esta análise baseia-se na teoria dos grafos e identifica as coocorrências entre as palavras, resultando em indicações de conexões entre as mesmas e ajudando a identificar a estrutura do banco de dados (*corpus*) (RATINAUD; MARCHAND, 2012).

Nuvem de palavras. Esta tem como objetivo representar graficamente as palavras, organizando de acordo com as suas frequências. Por ser uma análise que facilita a identificação de palavras-chave a partir do banco de dados, é muito adequada e utilizada em contextos que se vise a exposição objetiva das informações (RATINAUD, 2009).

De modo geral, este programa realiza análises computadorizadas dos dados com a finalidade de extrair os principais elementos explanados pelos participantes em seus discursos, permitindo que o pesquisador realize as devidas interpretações a partir da organização dos resultados.

4 RESULTADOS

O *corpus* analisado é constituído por 11 textos, os quais representam os discursos dos 11 participantes. Neste encontram-se 529 formas (ou seja, o número de palavras com radicais diferentes contidos no *corpus*), totalizando 2.300 ocorrências (número total de palavras contidas no *corpus*) e apresentando uma divisão total em 68 segmentos de textos (ST), sendo classificados na análise 75% do total do *corpus*.

Classificação hierárquica descente (CHD)

Inicialmente, procedeu-se a *classificação hierárquica descendente* (CHD), cujos resultados identificaram a presença de seis classes ou contextos temáticos, conforme mostra a Figura 1.

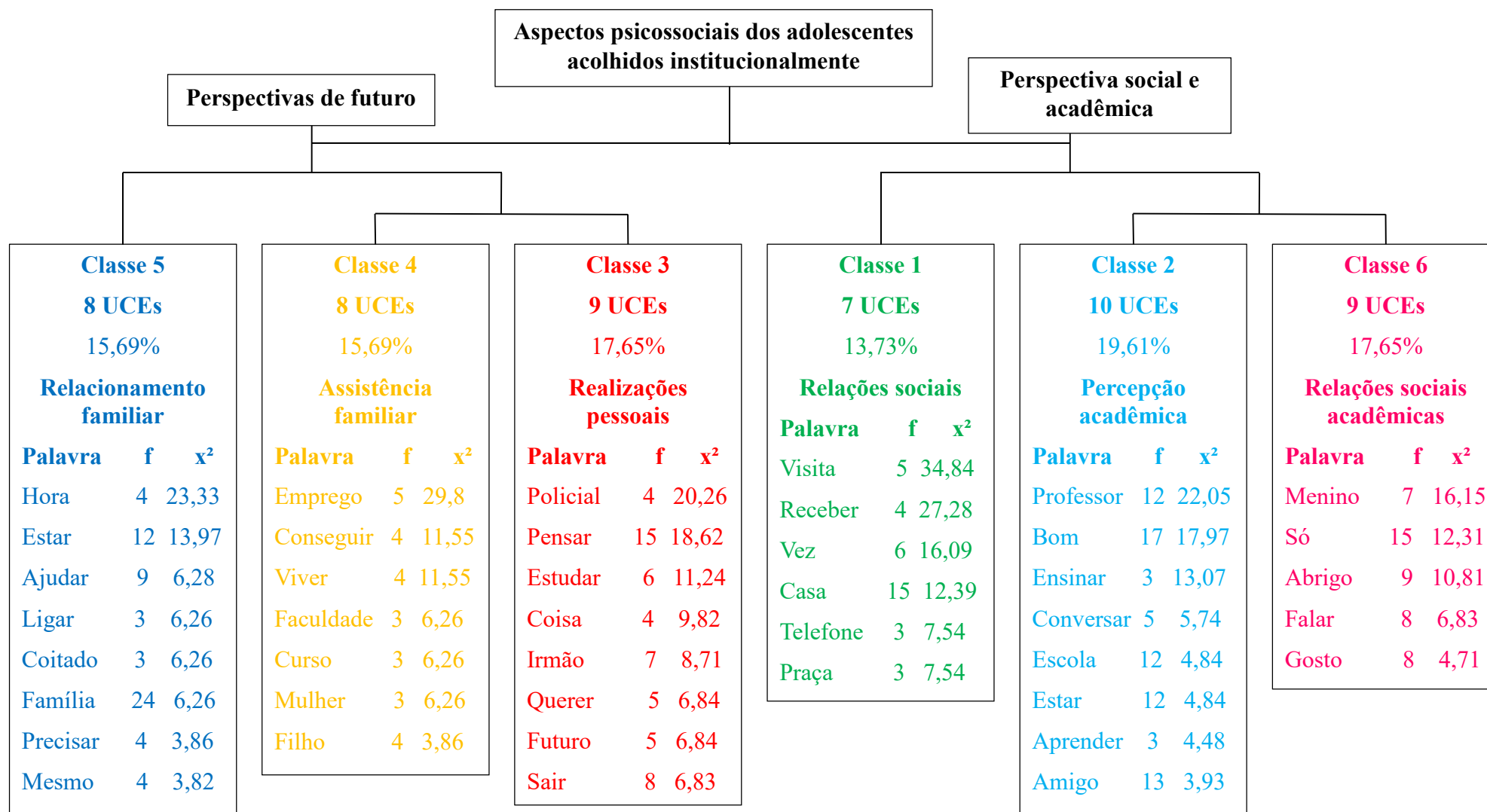


Figura 1. Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente

O dendograma apresenta as partições que foram feitas no *corpus* até que se chegassem às classes finais. Assim, o *corpus* “Aspectos Psicossociais dos Adolescentes Acolhidos Institucionalmente” foi dividido em dois *subcorpus*: “Perspectiva social e acadêmica” e “Perspectivas de futuro”, conforme pode ser visto na Figura 1.

O primeiro *subcorpus*, “Perspectiva social e acadêmica” composto pelas classes 1, 2 e 6, apresenta um enfoque na realidade social e acadêmica vivenciada pelos participantes a partir de suas concepções.

A classe 1 “*Relações Sociais*” apresentou 7 UCEs de 51, respondendo por 13,73% do *corpus* estando associada diretamente as classes 2 e 6. Os vocábulos mais frequentes e significativos destes segmentos de textos são: visita, receber, vez, casa, telefone, praça ($p < 0,05$). Tal classe engloba meios de interações sociais vivenciados pelos adolescentes nas instituições de acolhimento, conforme indica os seguintes trechos: “*Sim, recebo visitas de pessoas que eu conheço da igreja, elas vêm para cá fazem visitas, não só para mim, mas para os meninos aqui também. Eu saio para ir na casa da minha mãe, para escola, saio para ir no shopping, na praça, eles deixam*” (Participante 6, 16 anos).

A classe 2 intitulada “*Percepção acadêmica*” é composta por 10 UCEs de 51, que explica 19,61% do *corpus* e está associada diretamente as classes 1 e 6. Os vocábulos mais frequentes e significativos destes segmentos de textos são: professor, bom, ensinar, conversar, escola, estar, aprender, amigo ($p < 0,05$). Esta classe compreende a percepção de escola para os participantes como pode ser visualizado no seguinte trecho: “*É bom eu gosto da escola, acho os professores calmos, eles são muito bom ensinam a gente e também passam umas tarefas tão assim, que a pessoa pode aprender mais*” (Participante 9, 16 anos).

A classe 6 “*Relações sociais acadêmicas*” apresentou 9 UCEs de 51, que responde por 17,65% do *corpus*, estando associada diretamente as classes 1 e 2. Os vocábulos mais frequentes e significativos desta classe são: menino, só, abrigo, falar, gosto ($p < 0,05$). Nesta classe evidencia-se as relações sociais vivenciadas no âmbito acadêmico, o que explica essa classe estar diretamente ligada à classe 2, o segmento a seguir ilustra essa situação: “*Eu não converso muito na escola, eu sou muito calado, só falo mais com os meninos daqui do abrigo mesmo que eu converso*” (Participante 11, 16 anos).

O segundo *subcorpus*, “Perspectivas de futuro” formado pelas classes 3, 4, e 5, veicula informações relacionadas a preocupações com o futuro. A classe 3 denominada

“*Realizações pessoais*”, contém 9 UCEs de 51, explicando 17,65% do *corpus*, estando ligada diretamente as classes 4 e 5. Os vocábulos mais representativos destes segmentos de textos são: policial, pensar, estudar, coisa, irmão, querer, futuro, sair ($p < 0,05$). Em suma, esta classe se volta para formas de obter sucesso e realizações pessoais, tal como sugere o seguinte trecho: “*No futuro quero estudar, fazer a faculdade e arrumar um emprego depois de fazer a faculdade*” (Participante 5, 16 anos).

A classe 4 “*Assistência familiar*” apresenta 8 UCEs de 51, respondendo por 15,69% do *corpus* e está associada diretamente as classes 3 e 5. As palavras mais associadas a esta classe são: emprego, conseguir, viver, educador, faculdade, curso, mulher, filho ($p < 0,05$). Esta classe traz a intenção dos participantes de constituir e manter uma família, tal como aponta o seguinte fragmento: “*Conseguir um emprego e construir uma família ter uma mulher, filhos é isso que eu penso do meu futuro*” (Participante 2, 17 anos).

Por fim, a classe 5, “*Relacionamento familiar*”, possui 8 UCEs de 51, que explica 15,69% do *corpus* e está diretamente ligada as classes 3 e 4. As palavras mais associadas a estes segmentos de textos são: hora, estar, ajudar, ligar, coitado, família, mesmo, precisar ($p < 0,05$). Nesta classe evidencia-se a intenção dos participantes em manter vínculos com a família, conforme ilustra os seguintes trechos: “*Penso que eu devo ajudar a minha família, todo mundo tem dificuldades eu vou estudar para ajudar eles, minha mãe e meu irmão*” (Participante 8, 15 anos); “*Que eu posso ajudar minha família, o que eles precisarem pode contar comigo*” (Participante 9, 16 anos).

Análise de similitude

No que se refere à *análise de similitude*, a mesma foi gerada com base nas co-ocorrências entre as palavras que constituem o presente *corpus*. Assim, observa-se que algumas palavras-chave apresentam uma composição central na distribuição, estabelecendo a conexão com os demais vocábulos que formam a estrutura, conforme se visualiza na Figura 2.



Figura 2. Análise de similitude

É notório o enquadramento da palavra *não* no centro da distribuição compondo o núcleo central, o objetivo da representação desse corpus consiste na falta de vínculo familiar conectando-se com as demais palavras. Estes resultados mostram que quanto mais nítida (espessa) foram as ligações, subte-se maior conexão entre os vocábulos. De tal modo, é possível perceber uma ligação bastante espessa entre as palavras *não*, *família*, *só*, *casa*, *gosto*, *bom*. As ramificações de “*família*” é que apresentam maior número de palavras associadas, indicando que o fato de “não ter família” os fazem estar nas casas de acolhimento, porém estar nessas instituições é visto como positivo explicando as fortes ligações entre os vocábulos *casa*, *gosto* e *bom*.

Por fim, realizou-se a análise de *Nuvem de palavras*, cuja finalidade é representar e organizar graficamente os vocábulos mais frequentes no *corpus* analisado, consoante pode ser visualizado na Figura 3.



Figura 3. Nuvem de palavras

Essa análise se pauta na frequência das palavras, onde novamente se identificou a palavra *não* como destaque, seguida por outros vocábulos como *família*, *só*, *gosto*, *professor*, *bom*, *aqui*, *muito*, *legal*. Este resultado é consonante com os apresentados nas análises anteriores, visto que o fato da falta do vínculo familiar ou “não ter família” os fazem estar acolhidos institucionalmente, porém o fato de estar nessas instituições de acolhimento é conceituado como algo positivo.

5 DISCUSSÃO

Como mencionado anteriormente, a presente pesquisa teve como objetivo principal analisar a vida dos adolescentes que vivem nas casas de acolhimento, de modo

específico, procurou-se conhecer as relações sociais vivenciadas pelos adolescentes; saber sobre a vida acadêmica dos adolescentes e identificar perspectivas de futuro dos adolescentes, além de compreender como a psicopedagogia poderá contribuir para o desenvolvimento dos adolescentes que vivem nas casas de acolhimento. Como pode ser visto no percurso do trabalho, acredita-se que tais objetivos foram alcançados.

No que diz respeito às relações sociais dos adolescentes, apresentado na Classe 1, observou-se que apesar de os jovens estarem morando em uma instituição de acolhimento, eles recebem visitas de familiares e saem frequentemente para escola, praças, shopping e igrejas. Além de manter relações com as pessoas através de telefone e redes sociais. Isto revela que a instituição cumpre o que preconiza na Constituição Federal (1988) e no ECA (1990) acerca do direito da criança de convivência familiar e comunitária, ou seja, de manter os vínculos familiares e comunitários dos adolescentes a fim de ajudá-los na formação de sua identidade social.

É salutar que, especialmente, os vínculos familiares sejam mantidos, haja visto o que foi relatado por Iannelli, Assis e Pinto (2015), que afirmam a relevância do apoio emocional dos pais na vida dos filhos, sobretudo na expressão de sentimentos alegres, na formação de identidade e na constituição de uma boa autoestima.

Outrossim, emergiu no discurso dos adolescentes as relações sociais vivenciadas na escola (classe 6). Segundo eles, as amizades formadas na escola são constituídas eminentemente advindas dos jovens da casa de acolhimento. Sinalizando, portanto, uma segregação destes jovens na sua vida escolar. De acordo com Papalia et al., (2009), os adolescentes inclinam-se a escolher amigos que tenham as mesmas características buscando uniformizar as relações. Assim, pode ser visto no relato dos participantes que a formação das amizades tinha como eixo de intersecção a vida de abandono, a história de fracasso e a repetência escolar, uma vez que afirmaram ter passado por várias reprovações. Desta forma, alguns desses jovens foram incluídos no Ensino de Jovens e Adultos (EJA).

A esse respeito Paula, Camargo e Lauschner (2014) entendem que as violações dos direitos vivenciados no ambiente familiar antes da medida protetiva, ocasionam um impacto negativo no rendimento escolar. Acrescenta que, por eles viverem em uma fragilidade emocional, a maioria dos jovens apresenta problemas de aprendizagem e baixo rendimento escolar.

Apesar das vivências de fracasso escolar, os jovens apresentam uma visão positiva da escola, conforme pode ser visto na classe 2 “Percepção acadêmica”. Esses

compreendem a escola como um contexto de aprendizagem e citam o professor como principal responsável pelo sucesso acadêmico. O que corrobora com Fernández (2001), que cita o educador como peça chave para o êxito na aprendizagem, pois além de conhecimentos teóricos ele pode trabalhar a afetividade, ajudando o sujeito a superar as dificuldades na vida escolar e social.

A formação pessoal e profissional do adolescente acolhido institucionalmente é extremamente relevante uma vez que permite ao jovem ter uma perspectiva de futuro, especialmente, no momento da saída da casa de acolhimento, ocasião em que ele buscará sua inclusão na sociedade.

No segundo *subcorpus* “Perspectiva de futuro” composto pelas classes 3, 4 e 5, observa-se no discurso dos jovens uma busca de identidade, típica de adolescentes, segundo relata Erikson (1987). Na classe 3, “Realizações pessoais”, pode-se evidenciar relatos que indicam o estudo e a escolha de uma profissão como formas de obter sucesso na vida. Já na classe 4, “Assistência familiar” os mesmos destacam a intenção de formar família e maneiras de obter o sustento através do emprego. Na classe 5, “Relacionamento familiar” os adolescentes evidenciam a intenção de manter os vínculos familiares estando presente para ajudar a família sempre que necessário.

Desta forma, os participantes apresentaram preocupações com o futuro, intenção de formar uma família, desejos de realizações profissionais, apreensão quanto a formas de sustento e de obter sucesso no futuro. Sobre isto, Erikson (1987) destaca a busca do adolescente em compreender o *self* e o papel que precisa cumprir na sociedade enquanto cidadão. Nesse caso, percorreria um processo saudável do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que o capacitaria a lidar com os desafios da vida adulta.

Todavia, para que o adolescente se sobressaia neste período turbulento, é fundamental o apoio de profissionais adequados, que compreendam as sucessivas violações de direitos cometidos antes do acolhimento, as marcas que ficaram em suas vidas e o desejo de ter um futuro melhor. Ademais, saibam desenvolver atividades compatíveis com seus interesses e habilidades, ajudando-os a serem cidadãos. Neste sentido, destaca-se a importância de profissionais especializados para atuar junto a esses sujeitos nas instituições de acolhimento, a exemplo do psicopedagogo.

O psicopedagogo poderá contribuir para o desenvolvimento desses jovens já que trabalha com a aprendizagem e envolve todas as áreas do desenvolvimento, objetivando a superação das dificuldades não apenas escolares como também, as da vida (SOUZA, 2011). Portanto, suas práticas permitem trabalhar questões que favorecem desenvolver a

resiliência procurando ensinar a estes adolescentes a reconstruírem suas próprias histórias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu compreender a realidade vivenciada por adolescentes acolhidos institucionalmente a partir de suas percepções, ou seja, do relato dos próprios sujeitos, o que possibilita ao pesquisador informações com profundidade, além de conhecer as motivações que determinam os comportamentos dos indivíduos.

Ademais, o estudo demonstrou que os adolescentes percebem a casa de acolhimento como um espaço positivo e significativo em suas vidas, já que lhe oferecem condições de subsistência, moradia, formação de amizades e perspectiva de futuro.

Ressalta-se ainda a necessidade de intervenções que minimizem os problemas vivenciados por esses jovens nas instituições de acolhimento, como, por exemplo, a inclusão do psicopedagogo nesses espaços, sobretudo, por este profissional ser capacitado para atuar junto aos processos de aprendizagem e desenvolvimento humano.

Cabe apontar aqui a limitação de natureza amostral do estudo por ter se restringido apenas a uma casa de acolhimento, além dessa se diferenciar das demais por ser uma instituição privada de vínculo religioso. Todavia, tais limitações não invalidam o estudo tampouco comprometem seus objetivos, porém demandam que os resultados previamente descritos sejam pensados criticamente.

Isso posto, espera-se que o presente estudo ofereça contribuições substanciais a literatura acerca do desenvolvimento de adolescentes acolhidos institucionalmente bem como para o contexto social, aspirando que os resultados encontrados neste estudo possam promover uma discussão acerca de melhores estratégias de assistência a esses jovens.

A partir desta pesquisa, lançam-se questionamentos que poderão dar suporte a investigações futuras. Como, por exemplo, a realidade das instituições de acolhimento privadas se difere das instituições públicas? A realidade vivenciada nas instituições de acolhimento se diferencia em relação ao sexo? Quanto a pesquisas futuras, sugere-se o desenvolvimento de estudos com amostras maiores para que seja possível expandir o conhecimento sobre o assunto e possibilite melhor compreensão dos aspectos psicossociais envolvidos.

PSYCHOPEDAGOGIC ACTING PERSPECTIVE WITH ADOLESCENTS RECEIVED INSTITUTIONALLY

ABSTRACT: According to the status of children and adolescents (ace), the host institution is a measure of protection to the development of children and adolescents who are in a risk context. With the concern to enable an increasing discussion about best care strategies for these young people, this research aims to analyze the lives of adolescents who live in shelters. the study had the participation of 11 adolescents welcomed institutionally, being them male with average age of 15,36 years old ($DP = 1,36$, ranging from 13 to 17), they live in a non-governmental institution of religious bond in the city of João Pessoa (PB). Were used as instruments a questionnaire sociodemographic and a script interview semi-structured. For analysis of data, we used the statistical package IBM SPSS (version 21), and the software of textual data analysis iramuteq (version 0.7 Alpha 2). The results indicate that despite the institutionalization, teens keep links with family, friends and social community (Church and school) through visits, telephone and social networks. As the academic life, although have a positive perception about school, these young people have low school performance, the participants also expressed concerns about the future, intention to form a family and desires to get success through personal achievements. That said, we emphasize the importance of psychopedagogists um these institutions, such professional uses practices that favor the construction of the resilience and all the necessary skills to a healthy development.

Keywords: Adolescents. Residential care. Psychopedagogy.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, A. C. G. Perspectivas no abrigamento de crianças e adolescentes vitimizados. **Psicologia jurídica: Perspectivas teóricas e processos de intervenção**. São Paulo: Vetor, p. 181-194, 2009.
- AZÔR, A. M. G. C. C. V; VECTORE, C. Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. **Estudos de Psicologia**, Rio Grande do Norte, v, 25, n. 1, p.77-89, 2008.
- BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. 05 de outubro de 1998.
- BRASIL. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, junho de 2009.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- COSTA, M. C. et al. **O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência**. *Ciênc e Saúde Coletiva*, v. 12. n. 5, p. 1129-1141, 2007.
- CRESPO, M. R. **Novos Parâmetros da sociedade inclusiva: uma oportunidade de atuação para a psicopedagogia institucional no ambiente corporativo**. *Revista Psicopedagogia*. v. 29, n. 89. São Paulo, 2012.
- DELL' AGILO, D. D. **Compreendendo os Processos de Risco e Resiliência em Adolescentes que Vivem em Situações de Vulnerabilidade Social no Brasil**. *Global Journal of Community Psychology Practice*, v. 3, p. 192-201, 2013.

DELY, P. **Estatuto da Criança e Do Adolescente (ECA)** - Por que devemos conhecê-lo? Disponível em: <[http://www.google.com/search?q=cache:BmtMGtZDosY\]:www.educacional.com.br/facom/psicologa_bd.asp%3Fcodtexto%3D590+estatuto+da+crian%C3%A7a+e+do+adolescente&hl=ptBR&ct=clnk&cd=7&gl=br](http://www.google.com/search?q=cache:BmtMGtZDosY]:www.educacional.com.br/facom/psicologa_bd.asp%3Fcodtexto%3D590+estatuto+da+crian%C3%A7a+e+do+adolescente&hl=ptBR&ct=clnk&cd=7&gl=br)>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2016 as 20h00min.

ERIKSON, E. **Identidade, juventude e crise**. 2ª Ed. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERNANDEZ, A. **Psicopedagogia em psicodrama: Morando no brincar**. 3º edição - Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

FUSCALDI, S. V. **Filhos Sob Medida de Proteção em Abrigo: os significados construídos por suas famílias**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

GOMES, I. L. V.; CAETANO, R. C.; JORGE, M. S. B. **A criança e seus direitos na família e na sociedade: uma cartografia das leis e resoluções**. Revista Brasileira de Enfermagem., v. 61, n. 1, p. 61-65, 2008.

GUARÁ, I. M. **É imprescindível educar integralmente**. In: CENPEC. Educação integral. São Paulo, n, 2, p. 15-24, 2006.

IANNELLI, M. A; ASSIS, G. S; PINTO, W. L. **Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais**. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csc/v20n1/pt_1413-8123-csc-20-01-00039.pdf> Acesso em: 21 de fevereiro de 2016 as 22h40min.

MARCÍLIO, M.L. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

NEVES, M. A. M. **Psicopedagogia: Um só termo e muitas significações**. Revista Psicopedagogia da Associação Brasileira Psicopedagogia. São Paulo, v. 21, n. 1, p. 10 - 14, 2011.

OLIVEIRA, S. V; PRÓCHNO, C. C. S. C. A vinculação para crianças institucionalizadas à espera de adoção. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v, 30, n. 1, p. 62-84, 2010.

PAPALIA, D. **Desenvolvimento Humano**. 9º Ed. Porto Alegre: Artemed, 2009.

PAULA, F. G. D; CAMARGO, B. P; LAUSCHNER, C. X. G. S. M. **A importância da rede escolar em Curitiba-PR: A luta pela igualdade de direitos para crianças e adolescentes em acolhimento institucional**. Disponível em: <<http://paradoxzero.com/zero/redor/wp-content/uploads/2015/04/2142-4509-1-PB.pdf>> Acesso em: 21 de fevereiro de 2016 as 23h00min.

PEREIRA, T. S. **Famílias possíveis: novos paradigmas na convivência familiar**. In: - PEREIRA, Rodrigo da Cunha. (coord.). Afeto, Ética Família e o Novo Código Civil, Belo Horizonte: Del Rey, p.633 – 656. 685, 2004.

PRADA, C., WILLIAMS, L., WEBER, L. **Abrigos para crianças vítimas de violência doméstica: funcionamento relatado pelas crianças e pelos dirigentes**. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 14-25, 2007.

RATINAUD, P. Uma evidência experimental do conceito de representação profissional através do estudo da representação do grupo ideal. **Nuances: estudos sobre educação**, v. 16, n. 17, p. 135-150, 2009.

RATINAUD, P.; MARCHAND, P. **Application de la méthode ALCESTE à de "gros" corpus et stabilité des "mondes lexicaux": analyse du "CableGate" avec IRaMuTeQ**. Actes des 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles. JADT 2012. pp. 835-844, 2012.

RAUPP, S. E; ACCORSSI, A. **Desafios e possibilidades da prática psicopedagógica em abrigos para crianças e adolescentes**. Disponível em: <http://www.psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrid=1849#.V1zn8SgrLIX> Acesso em: 21 de fevereiro de 2016 as 22h20min.

RIZZINI, Irene (coord.); BAPTISTA, Rachel; NAIFF, Luciene; RIZZINI, Irma. **Acolhendo crianças e adolescentes: experiência de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil.** São Paulo, Ed. Cortez; Brasília, DF; UNICEF; CIESP; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2007.

SANDRINI, P. R. **O controle social da adolescência brasileira: gênese e sentidos do Estatuto da Criança e do Adolescente.** UFSC, 2009. Disponível em <http://www.tede.ufsc.br/teses/PICH0082-T.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2015 as 20h00min.

SIGAL, J. et al. **Unwanted infants: psychological and physical consequences of inadequate orphanage care 50 years later.** Em: American Journal of Orthopsychiatry 73, 3-12, 2003.

SILVA, E. R. A. (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil.** Brasília, IPEA / CONANDA, 2004.

SOUZA, G. **Levantamento mostra que 36,5 mil crianças e adolescentes vivem em abrigos.** Agência CNJ de Notícias, 26 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm>>. Acesso em: 04 de junho de 2015 as 17h30min.

VELARDE, M., E MARTÍNEZ, P. **Perspectiva temporal futura em adolescentes institucionalizados.** Revista de Psicologia. Ceará, v, 26, 2, p. 256-276, 2008.

APÊNDICES

ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTA

Participante:

Idade:

Escolaridade:

Tempo de acolhimento institucional:

Motivo do acolhimento institucional:

O que você acha do abrigo?

RELAÇÕES SOCIAIS

Recebe visita? De quem?

Sai da casa? Em que situação?

Mantém vínculo com a família?

Como é a convivência com as outras crianças da casa?

Tem amigos na casa?

Já brigou com alguma criança da casa? Por quê?

Como é a convivência com os educadores da casa?

VIDA ESCOLAR

Frequenta a escola? Qual?

Gosta da escola? Por quê?

Tem amigos na escola?

Como se relaciona com professores e colegas?

Tem alguma dificuldade na escola?

Tem dificuldade em alguma disciplina? Qual?

PESPECTIVAS FUTURAS

O que você pensa sobre o seu futuro?

O que você pensa em fazer quando sair da casa?

O que você quer ser quando tiver maior?

O que você pensa sobre a sua família?

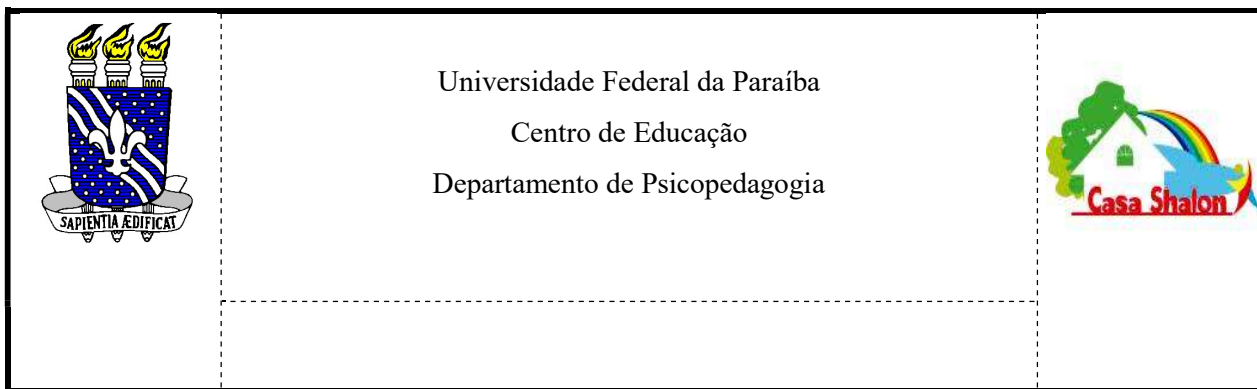
Quando crescer você quer formar uma família?

O que é uma família para você?

Quando você sair da casa, você acha que terá alguma dificuldade na sociedade?

Se você disser que viveu em uma casa de acolhimento o que você acha que as pessoas vão dizer ou se comportar?

ANEXOS



CARTA DE ANUÊNCIA

Prezado (a) Diretor (a),

Estou realizando uma pesquisa nesta instituição com a finalidade de contribuir para o contexto científico acerca do conhecimento sobre o desenvolvimento dos adolescentes acolhidos institucionalmente, bem como para o contexto social, aspirando que os resultados encontrados com este estudo possibilitem melhorias na estratégia de acolhida e suporte dos adolescentes. O objetivo da pesquisa é analisar a vida dos adolescentes que vivem nas casas de acolhimento. Especificamente, busca-se conhecer as relações sociais vivenciadas pelos adolescentes nas casas de acolhimento; compreender a vida acadêmica dos adolescentes nas casas de acolhimento, identificar as perspectivas de futuro dos adolescentes acolhidos institucionalmente e compreender como a psicopedagogia poderá contribuir para o desenvolvimento dos adolescentes que vivem nas casas de acolhimento.

Neste sentido, para efetivação deste estudo, gostaria de contar com a colaboração da vossa instituição, disponibilizando o acesso aos adolescentes acolhidos. Para tanto, de acordo com o disposto na resolução vigente 466/2012 do CNS/MS, faz-se necessário o vosso consentimento. O tempo estimado da pesquisa é de 20 minutos, onde será aplicado, em sala reservada. Os dados coletados nesta pesquisa serão considerados em conjunto, garantindo seu caráter anônimo e sigiloso. Por fim, me coloco a inteira disposição de V.S^a. para, ao final do estudo, apresentar um relatório com os resultados encontrados.

Termo de Consentimento

Assinando este termo, estou consentindo a participação no projeto de pesquisa: **Perspectiva de atuação psicopedagógica junto a adolescentes acolhidos institucionalmente**, *vinculado* a Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Profa. Dra. Patrícia Nunes da Fonseca, executado pela aluna pesquisadora Mayara de Oliveira Silva Machado.

_____, ____ de _____ de 2016.

Carimbo e assinatura do Coordenador/Diretor da Instituição.

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o(a) pesquisador(a) Mayara de Oliveira Silva Machado, telefone: (83)988270818/ email: mayara_machado94@hotmail.com / Bancários, Rua Landoal-do Falcão de Souza, 90 / CEP: 58051-117 ou para o Centro da Saúde – 1º andar/ Campus I / Cidade Universitária / CEP: 58.051-900/ telefone: (83) 3216 77 91/ eticacsufpb@hotmail.com

TERMO DE ASSENTIMENTO

Esta pesquisa que tem como tema a vida dos adolescentes acolhidos institucionalmente e está sendo desenvolvida pela graduanda Mayara de Oliveira Silva Machado, matriculada e vinculada ao departamento de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba, no período que vai de Março de 2016 à Fevereiro de 2017.

O objetivo geral do estudo é analisar a vida dos adolescentes que vivem nas casas de acolhimento. Apresentando como objetivo específico conhecer as relações sociais vivenciadas pelos adolescentes nas casas de acolhimento, além de identificar as perspectivas de futuro destes adolescentes e compreender como a psicopedagogia poderá contribuir para o desenvolvimento dos adolescentes acolhidos institucionalmente. Essa estratégia se mostra importante, pois irá contribuir para estudos acerca do desenvolvimento de adolescentes que são acolhidos institucionalmente, propondo uma reflexão mais acurada sobre essa temática.

Frente aos objetivos apresentados, solicitamos a sua colaboração para participar de uma entrevista, com tempo médio de 20 minutos onde será aplicado, em sala reservada. Para facilitar a transcrição, solicitamos a autorização para gravar as entrevistas. Assim como requerer sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos das áreas de psicopedagogia e possíveis publicações em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis para a saúde dos participantes, podendo correr risco apenas de enfrentar constrangimento ao responder alguma pergunta. Respeitando as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12, esta pesquisa terá como benefício a promoção de reflexão dos participantes frente a temática exposta. Vale ressaltar, que o estudo não acarretará nenhuma despesa ao colaborador.

Esclarecemos que a sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso seja de seu interesse, ao fim da pesquisa, uma devolutiva pode ser apresentada. Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que recebi uma cópia desse documento.

TERMO DE ASSENTIMENTO

Eu, _____, concordo participar da pesquisa “A vida de adolescentes acolhidos institucionalmente: desafios para a psicopedagogia”. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir que ninguém vai ser prejudicado.

Li e concordo em participar como voluntário da pesquisa descrita acima. Estou ciente que recebi uma cópia deste documento.

João Pessoa, ____ de _____ de 2016.



Impressão dactiloscópica

Assinatura do (a) pesquisador (a)
sa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o(a) pesquisador(a) Mayara de Oliveira Silva Machado, telefone: (83)988270818/ email: mayara_machado94@hotmail.com / Bancários, Rua Landoal-do Falcão de Souza, 90 / CEP: 58051-117
ou para o Centro da Saúde – 1º andar/ Campus I / Cidade Universitária / CEP: 58.051-900/ telefone: (83) 3216 77 91/ eticaccsufpb@hotmail.com